



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 089

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE OUTUBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Alexandre Curi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os senhores deputados Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori e Vanderlei Iensen (04), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, sendo que o Horário destinado ao Pequeno e Grande Expedientes será destinado à direção do Hospital Erasto Gaertner que, gentilmente vem a esta Casa de Leis mostrar para os parlamentares paranaenses o brilhante trabalho que fazem, não só a favor do povo do Paraná, mas a favor do povo brasileiro e até, por que não dizer, do Paraguai e da Argentina, que constantemente estão em busca de apoio no nosso Hospital.

Então, as nossas boas-vindas aos diretores, às colaboradoras que estão aqui hoje, também prestigiando esta Sessão! E dizer da minha satisfação, como andiraense, de ter o Luiz Antonio, que vi nascer, como superintendente do Erasto Gaertner. Os laços de amizade que tenho com a família do Luiz Antonio são de muitos anos, e então, ficamos satisfeitos de hoje podermos recebê-lo como superintendente do Erasto Gaertner.

Já dando início aos trabalhos, concedo a palavra ao doutor Luiz Antonio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO

Boa tarde a todos!

Inicialmente gostaria de agradecer a algumas pessoas, em especial a todo o Conselho de Administração da Liga Paranaense de Combate ao Câncer; ao corpo de voluntariado, que indicou o meu nome para superintendente da Liga para esses próximos dois anos; ao deputado Hermas Brandão, amigo familiar há muitos anos, que me viu nascer, e por ter oferecido este espaço também; a toda Casa; agradecendo a vocês, primeiro, por terem, na última sexta-feira, emprestado as dependências da Assembléia para que pudesse ser realizada uma das oficinas da Conferência Estadual de Saúde, onde foi discutido o financiamento em saúde. E também na segunda-feira essa mesma Assembléia, na aprovação do Orçamento do Estado, deixou ainda à discussão o orçamento da saúde com plano até de estarem aumentados para os próximos anos, ou até mesmo para o próximo ano. Eu acho que esse é um agradecimento que nós, prestadores, temos que fazer a vocês.

Eu preparei um material explicando algumas coisas relacionadas à Liga Paranaense de Combate ao Câncer, mas antes eu gostaria de comentar algumas coisas do cenário no Brasil e no Paraná para que vocês pudessem entender o posicionamento da Liga Paranaense neste exato momento.

Nós temos a estrutura hospitalar de atendimento toda ela centralizada no que chamamos de Cacon e hospitais gerais, ou seja, todo o fluxo na área de câncer que gera no Brasil, no Estado do Paraná e Curitiba, gera através do que chamamos Hospital Geral e os Cacon's, que são Centros Especializados de Alta Complexidade.

Aqui, já, no Cacon, apresentamos para vocês alguns números com relação ao Estado do Paraná, onde seriam, de acordo com o Ministério da Saúde, necessários dezoito Cacon's no Estado, e nós temos apenas oito!

Isso já mostra uma insuficiência de serviços direcionados, especializados para o atendimento ao câncer. Desses oito aqui, apenas um é Cacon do nível II, que seria um Cacon de alta complexidade, que é o Hospital Erasto Gaertner. Esse Hospital Erasto Gaertner é a única instituição do sul do Brasil que tem esse nível de Cacon II, com isso ele é um centro de alta complexidade e referência na oncologia e cabe a ele não só ter o atendimento da alta complexidade, como também ser uma referência para outras unidades Cacon I que existem no interior do Estado e em Santa Catarina também.

Uma análise epidemiológica da população, para que eu possa deixar claro a vocês, é muito importante para nós. Vejamos, a expectativa de vida das pessoas ao nascer.

No ano de 1900, o brasileiro quando nascia, tinha uma expectativa de vida em torno de trinta e quatro anos. Com a melhoria do sistema de saúde pública, campanha de vacinação, água tratada e assim por diante, essa expectativa de vida está crescendo, ao ponto que as pessoas hoje estão tendo a chance de viver mais tempo.

Hoje no Paraná, uma expectativa de vida dos homens ao nascer é em torno de sessenta e nove anos e das mulheres de setenta e um anos, já atingindo mais ou menos a expectativa de vida do brasileiro, que vai ser em torno do ano de 2020.

Tenho uma distribuição da incidência e mortalidade por câncer - especial mortalidade -, por idade, nas pessoas que são acometidas por essa doença. Temos um contingente de pessoas, crianças que apresentam câncer, mas a grande maioria das pessoas apresenta o câncer acima dos 50 anos. Analisando a pirâmide populacional do Estado do Paraná, ou seja, a idade dessas pessoas, no senso de 1980, na base dessa pirâmide, as crianças e em cima os idosos. Essa população ao longo dos anos está com a chave de viver mais anos e envelhecendo.

No senso de 1991, aumentou a quantidade de idosos, reduziu a quantidade de crianças e o contingente populacional está atingindo essa faixa mediana, a pirâmide populacional, aonde daqui a alguns anos chegarão naquelas idades, em torno de 50 anos, onde o câncer tem uma maior prevalência.

Podemos analisar em algumas estatísticas. Esse gráfico mostra a mortalidade das pessoas do Paraná divididas em cinco grupos de causas. Em 1977, o câncer entre as cinco principais causas era a última. Isso foi aumentando progressivamente, a ponto de que no ano de 1991 tivemos o câncer a ocupar a segunda causa de morte no Estado do Paraná. Hoje, ele perde somente para doenças cardiovasculares. Estima-se que no Brasil, para o ano de 2003, cerca de 400 mil casos de câncer, o que vai promover cerca de 127 mil óbitos de câncer. Desses 400 mil casos, cerca de 216 mil serão mulheres e 186 homens. No Estado do Paraná as estimativas do Instituto Nacional do Câncer, esperam 17.720 casos novos de câncer, este ano. Isso representará cerca de 8.865 mortes neste Estado.

Volto a citar que este dado é estimado do Instituto Nacional de Câncer. Esse gráfico espelha uma taxa bruta de incidência de câncer, pelos Estados - é um dado do Ministério da Saúde, onde mostra um perfil de coleta de dados, de registros de câncer de informações. Temos, na linha em rosa, onde seria uma média nacional. Temos nesses estados, que estão com esses índices de uma troca bruta de incidência, acima dessa linha seriam estados onde os números estatísticos são extremamente confiáveis. O Paraná encontra-se com índices considerados pelo Ministério Público, como sendo não confiáveis do ponto de vista estatísticos. Temos um perfil abaixo, em termos de registro de câncer, que seria uma média nacional.

Enfim, todo esse processo de envelhecimento da população, urbanização, industrialização, diagnósticos tardios, tudo isso faz com que o câncer se torne um problema de saúde pública, a cada ano que se passa, em que a população envelhece mais, torna-se mais evidente. Em especial, porque as pessoas nos últimos 50 anos estão saindo da zona rural e migrando para os municípios, expondo-se aos fatores poluentes e urbanos.

O Hospital Erasto Gaertner é um centro de referência que trata 66, 67% de suas pessoas, frutos do município de Curitiba e Região Metropolitana. 30% desses casos novos que o hospital recebe são do Estado do Paraná. Em torno de 3% recebemos de diversos estados do País. No ano passado atingimos 180 mil atendimentos e neste ano de 2003 estamos com a média/mês em torno de 20 mil atendimentos, o que poderá chegar até o final de dezembro de cerca de 220 mil atendimentos neste ano, ou seja, um aumento em torno de mais ou menos 40 mil casos atendidos, acima do ano passado.

A Liga Paranaense teve uma reformulação no seu Conselho de Administração este ano, fez uma reformulação do seu estatuto e uma das coisas que nós implantamos agora é a missão institucional que é combater o câncer com humanismo, ciência e afeto. Na verdade, a nossa missão trabalha a questão da ciência com humanismo, junto com uma afetividade de todo o corpo de pessoas que trabalham naquela instituição envolvendo um afeto com esses pacientes.

Nós temos uma visão institucional bastante ampla para que no ano de 2010 possamos ser um centro de excelência, ensino, pesquisa e referência nacional e internacional.

Esta Liga foi fundada há 56 anos. Ela tem um compromisso com a seriedade institucional; é uma entidade privada, sem fins lucrativos e somos enraizados com princípios filantrópicos assistencialistas; nós fomos pioneiros no controle de infecção no Estado do Paraná; temos um corpo clínico com excelência profissional e um conselho de ética para as pesquisas, um dos mais conceituados no Brasil, hoje referência para maior número de pesquisas no município de Curitiba e Estado do Paraná.

Nós temos também, o hospital, o primeiro a receber o Certificado de Acreditação Hospitalar, isto há quatro anos atrás. Fomos premiados pela Kanitz entre as 50 melhores entidades beneficentes do Brasil e temos também o certificado, no ano passado, da certificação das Unidas, como uma das melhores unidades de assistência à saúde.

Estamos com um programa de qualidade total bastante amplo, envolvendo o Prêmio Nacional de qualidade e excelência em serviço e saúde pública e um projeto de humanização que hoje tem sido referência na Secretaria de Estado da Saúde e está sendo aplicado em alguns municípios do Estado.

Esse conselho de administração, hoje é administrado de uma forma extremamente democrática, com participação de pessoas da sociedade e representando as mais diversas entidades, como por exemplo, o Sr. Ari Siqueira, que aqui se encontra e que representa a FIEP; o Sr. Edmundo Kusters, que representa a Associação Comercial; o próprio deputado Hermas Brandão; João Cláudio Derosso; Cláudio Xavier; Michele Caputo, que é secretário municipal da Saúde. São pessoas que integram o nosso Conselho Administrativo, juntamente com sócios institucionais. Temos um conselho fiscal altamente

expressivo e nós temos um plano diretor para o ano de 2010. Aqui se encontra o que nós temos de estrutura do hospital e essas caixinhas, essa região é o que pretendemos desenvolver nesses próximos 7 anos. Este é um Centro de Pediatria, aqui é um Centro Administrativo, aqui é um bloco para Centro Cirúrgico, aqui é um bloco que vem ambulatórios e transplantes de medula óssea, bioengenharia, etc, que vou estar comentando com vocês.

Dentro de nossas unidades estratégicas e de direcionamento, a Liga é entidade mantenedora de cinco unidades estratégicas, dentre elas o Hospital Erasto Gaertner, que é um hospital referência no atendimento de câncer, o Instituto de Bioengenharia, que vou mostrar para vocês agora, que é uma fábrica de prótese que nós temos lá dentro, a própria Rede Feminina que envolve o grupo de voluntariado, o CEPEP, que é um centro de estudos que coordena os nossos projetos de ensino e de pesquisa, e recentemente, de maio para cá, nós temos junto da nossa entidade o Instituto de Reabilitação que procura reabilitar as pessoas que têm deficiência física. Esta é a imagem do hospital, da fachada do hospital e hoje, cinco meses depois, com a nova gestão, nós já temos uma fachada do hospital totalmente melhorada, isto aqui foi uma emenda que a gente ganhou do deputado Vanhoni.

Nós temos também, dentro do hospital um grupo chamado Gisto que é um Grupo de Interesse e Suporte Terapêutico Oncológico, aonde nós temos uma equipe formada por médicos, voluntários, orientadores espirituais, psicológicos, nutricionistas, fisioterapeutas, e esta equipe presta atendimento domiciliar para os pacientes terminais, que estão em fase final para que eles possam morrer em seu domicílio, com melhores condições de vida.

Dentro deste projeto do hospital hoje nós temos um Centro de Radioterapia extremamente avançado, com equipamentos que custaram mais de 5 milhões de reais e estão instalados lá desde outubro do ano passado, onde o que é desenvolvido em radioterapia não deixa nada a desejar a qualquer centro no mundo.

Aqui também temos fotografias do centro de Fisioterapia que hoje está albergando o Instituto de Reabilitação. Aqui algumas fotografias desses equipamentos, todos eles novos, esse é um CT, um tomógrafo simulador que capta a imagem do corpo humano para planejamento, todo ele em 3D, para realizar o tratamento com o menor risco de erro possível. Aqui algumas fotografias para manipulação de drogas quimioterápicas e também do acelerador novo que nós temos.

Enfim temos também a Pediatria, que é um centro de referência na oncologia pediátrica onde existem diversos trabalhos que são desenvolvidos com as crianças. Dentre eles queremos destacar que é uma das únicas entidades hospitalares pediátricas onde a mãe fica internada, hospedada junto com a criança. Também tem diversos projetos como paisagismo, horta, musicoterapia e voluntários com atividades semanais.

Aqui algumas fotografias da Pediatria. Esta é uma parede onde as crianças que estão curadas deixam a sua marca.

Enfim, temos o nosso Centro de Pesquisa, o nosso Cepep, que é o centro onde registramos todos os projetos e pesquisas da instituição. Para vocês terem uma idéia no ano de 2002 foram 111 projetos registrados. Dentre eles, nós temos 8 projetos de pesquisas com entidades internacionais e estamos aqui recebendo cerca de 300 estagiários. E temos parcerias com todas as universidades. Uma das questões de glória para nós podermos ter vínculos institucionais com a PUC, com a Unicamp, com a Universidade Federal do Paraná, o próprio Cefet e a Faculdade Dom Bosco, agora num convênio recentemente assinado por nós.

Esse Instituto de Bioengenharia, que na verdade é uma fábrica de próteses, foi fundado há cerca de 20 anos e no ano passado nós vendemos praticamente 30 endopróteses convencionais que são praticamente pernas mecânicas, 32 próteses não convencionais que são feitas específicas para as pessoas, 2.500 reservatórios de quimioterapia que são os catéteres que são implantes que as pessoas recebem para tomar a quimioterapia com um acesso central. Esta aqui é uma fotografia desse Instituto de Bioengenharia, do que é hoje, são os equipamentos. Isso fica dentro das nossas instalações. Aqui é o nosso Centro de Usinagem todo computadorizado para produzir estes equipamentos.

Aqui, são os produtos que nós fabricamos, aqui são exemplos de próteses, o osso do fêmur, aqui é uma prótese do osso do quadril. Isso tudo são próteses que fabricamos lá dentro, estas são fotografias dos catéteres que produzimos, isso fica debaixo da pele e os catéteres vão até o nível do coração onde as pessoas recebem a quimioterapia de auto infusão.

Isso tudo no Brasil é fabricado dentro de nossa instituição. Também temos e é uma patente nossa, um colchão cheio de bolinhas de isopor por dentro que quando você impregna vácuo ele simplesmente faz um processo de mobilização e praticamente fica duro como tábua e permite que você faça o transporte imobilizando as pessoas acidentadas, por aí. Hoje o Siate trabalha com os nossos colchões também.

Nós temos alguns objetivos também dentro desse Instituto de Bioengenharia, que é tornar essas próteses nossa a nível de concorrência em processo internacional. Para isso precisamos aprimorar o Centro de Usinagem. Aí temos próteses que são desenvolvidas lá dentro.

A rede Feminina, - aqui temos presentes algumas delas - é um grupo de voluntárias que foi fundado em 1954 e hoje temos 300 na região metropolitana, e no Estado todo em torno de 500 voluntárias, trabalhando em prol do nosso trabalho. Existem diversas ações que elas desenvolvem. Aqui, um grupo delas reunido numa fotografia. O próprio Mac Dia Feliz, que é uma das atividades que elas desenvolvem, também é um trabalho extremamente honesto e reconhecido a nível nacional.

Nós temos também a Casa de Apoio, que foi uma construção doada pela Lourdes Canet, onde albergamos 75 leitos. Essa Casa de Apoio nada mais é do que uma hospedagem para os pacientes e seus familiares que estão aguardando tratamento. E essa casa não atende somente pacientes do Hospital Erasto Gaetner; todos os hospitais de Curitiba. Aqui eles conseguem ficar acomodados com uma diária de 14 a 20 reais com alimentação. Existem diversos convênios com algumas prefeituras para que essas pessoas possam ficar hospedadas aguardando a sua consulta e o seu tratamento.

Enfim, temos de maio para cá, a implantação do Instituto de Reabilitação, para atendimento das próteses, onde estamos atendendo cerca de 500 pacientes dia e nesse Instituto nós estamos atendendo praticamente a maior parte das pessoas que tem deficiência física no município de Curitiba.

Esse Instituto não só faz a reabilitação dessas pessoas, crianças e adultos, como nós distribuímos cadeiras de rodas totalmente almofadadas, com sistema de amortecedores, que permitem uma melhor qualidade de vida, bem como estamos distribuindo também essas próteses, todas elas importadas, onde existem sistemas articulares próprios a nível de joelho, tornozelo, sistema de almofadas, que permite a pessoas que utilizam uma perna mecânica não terem um impacto muito agudo, evitando traumas no corpo da perna em si.

Isso são modelos de próteses que nós estamos distribuindo a esses pacientes deficientes, na nossa Instituição.

Aqui é uma prótese de braço. Existem alguns projetos que nós temos. Esse é um dos objetivos de nós estarmos aqui, hoje, que são projetos suplementares, para que nós possamos alcançar esse plano diretor até 2010.

Dentre eles, temos uma implementação de aparelhamento do Hospital Erasto Gaetner. Isso custa mais ou menos trezentos mil reais, para que possamos adequar alguns respiradores e até mesmo camas, para adequação dessa área física.

Temos também um projeto de construção de um novo Centro Cirúrgico. Isso está mais ou menos estimado em torno de quatrocentos mil reais a primeira etapa.

Temos também o Plano Pró-diretor - obras físicas, instalação do campus da Liga Paranaense de Combate ao Câncer que seria um prédio administrativo em torno de 150 mil. A construção e a recepção de uma guarita para estacionamento, para a entrada do estacionamento, mais ou menos estimado em cem mil reais.

Finalização do ambulatório de atendimento de convênios, que é uma estrutura que tem lá construída, praticamente inacabada há mais de seis anos. Precisamos cerca de cinquenta mil reais para terminar essa parte ambulatorial. Desenvolvimento de projeto acreditação hospitalar que é a implantação do sistema de qualidade interno, em torno de 30 mil reais. São diversos projetos que vão desde a fisioterapia, sanitários, quartos que permitam acesso com cadeiras de rodas. Reforma da própria

fachada do hospital, almoxarifado. Diversos projetos que vão de quinhentos mil, trezentos mil que nós estaremos entregando isso a vocês.

Esses projetos todos farão com que nós possamos ter recursos para desenvolver esse sonho, que é o nosso plano diretor até 2010, que envolve esse conglomerado de prédios. Esses prédios estão completando isso aqui. É um Centro de Pediatria, que vai envolver não só transplante de medula óssea para crianças, como também na área de pediatria oncológica. Aqui fica a parte de transplante de medula óssea, adulto. Toda questão de ambulatório, unidade de radioterapia, nova.

Então, isso seria na verdade o plano diretor nosso, de sonho, que a gente está desenvolvendo projetos em busca disso aí. E esse processo todo envolve uma mobilização de muita gente, a ponto de que nós tivemos aqui cinco mil mulheres participando da caminhada que houve contra o câncer de mama, que é um dos projetos que nós participamos no município de Curitiba.

Nós trouxemos alguns dados para vocês da situação financeira da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. O professor Rigo, que é o nosso gerente financeiro, está presente também. E nós mostramos de antemão esse gráfico, para que vocês possam entender como está a situação hoje das instituições que prestam assistência à saúde. Isso aqui é um gráfico que envolve os nossos custos e receitas. O ideal que aqui fosse em azul as receitas e em vermelho os nossos custos, mas, infelizmente, os custos das instituições hoje estão nessa faixa do azul e as nossas receitas nessa faixa cor de rosa.

Isso gera, mais ou menos, para vocês terem uma idéia, um milhão e oitocentos mil, isso aqui é uma média mensal de custo/mês, com uma receita de cerca de um milhão e trezentos, um milhão e quatrocentos, ou seja, temos que estar administrando um déficit de cerca de quatrocentos a quinhentos mil reais/mês. E para isso desenvolvemos uma série de atividades de voluntariado, de captação, de programas, de shows beneficentes etc, para que possamos resolver essa situação. Acho que isso é um espelho, hoje, da saúde como um todo, e a nossa instituição não é uma instituição única, é o que tem acontecido nas diversas instituições.

Isto acontece porque nossas receitas estão congeladas há 7 anos. Agora, em agosto, tivemos um aumento nas receitas do SUS para os atendimentos de baixa complexidade. E, infelizmente, o Hospital Erasto Gaetner é um hospital, é um centro de referência de alta complexidade. Então, tivemos um benefício de menos de um e meio a dois por cento de aumento das receitas, com o aumento que foi dado agora em agosto. E os custos para que se administre esta instituição, eles são muitas vezes vinculados ao dólar, todos os quimioterápicos que são importados são cotados em dólar. As taxas, juros, etc, isso, nos últimos sete anos, teve um aumento considerável e fez com que passássemos a ter uma dívida com fornecedores que, agora, mais ou menos em setembro estamos encerrando na faixa em torno de um milhão e

novecentos, dois milhões de reais. Dívidas com fornecedores que estamos tendo que administrar diariamente, para que possamos manter o hospital aberto atendendo aos pacientes.

Aqui temos uma lista dos principais fornecedores. Temos fornecedores com cerca de 250, 300 mil reais de dívida. Aqui também a nossa dívida, totalizando não só fornecedores, como bancos, também estamos totalizando cerca de três milhões e quinhentos mil reais de dívidas entre fornecedores e bancos, o que é uma dificuldade muito grande para nós estarmos com o hospital, com as portas abertas, atendendo cerca de 92% de pacientes do SUS e rolando essas dívidas no dia-a-dia. Temos, também, desses fornecedores, cerca de um milhão de reais estão em cartórios, protestados, o que faz com que tenhamos muitas dificuldades de conseguir até propostas de financiamento para implementação de novos projetos lá dentro.

Aqui é uma planilha mostrando os nossos recebimentos. Aonde mostramos para vocês que do ano passado para este ano, tivemos um aumento de volume de atendimento já na faixa de 20%, as nossas receitas comparando a média de 2002 e média de 2003, se mantêm equivalentes. E agora em setembro tivemos um atraso no repasse do SUS e praticamente, em setembro, ficamos sem receber cerca de 500 mil reais, que fomos receber somente em outubro. Isto torna bastante difícil administrar a instituição, diante de pequenos atrasos como esses.

Aqui são as nossas receitas de pacientes particulares e convênios. Todo esforço tem sido feito de tentar captar pacientes particulares e convênios que pudessem trazer melhores recursos. Mas temos visto que esse crescimento existe, mas é um crescimento lento e não vai nos ajudar a curto e talvez nem a médio prazo, a solucionar nossos problemas. E aqui, as captações que recebemos, fruto de doações e de emendas que percebe que têm caído, consideravelmente, fruto da dificuldade que as pessoas têm, de ter para poder estar disponibilizando a nível de captação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, quero cumprimentar o orador que está na tribuna, Sr. Luiz Antônio, e cumprimentar aqueles que fazem parte da Liga Feminina de Combate ao Câncer, cumprimentar aos nossos visitantes do Hospital Erasto Gaertner. Acho que o momento é oportuno para que se possa fazer essa explanação que o senhor acabou de fazer.

Nós, como prerrogativa de mandato, não temos a função de fazer o trabalho social, mas todos os parlamentares, sem distinção, se encontram sempre na premência de prestar um trabalho social, haja vista os grandes pro-

blemas sociais que a população encontra, principalmente com relação à questão da saúde. Vi, neste último gráfico, de quem sabe convênios particulares, etc.

Visivelmente, o Hospital Erasto Gaertner presta, na minha opinião, um trabalho reconhecidamente público no país. Um trabalho de alta relevância, extraordinário, de ponta, de alta tecnologia.

Eu não sou da área, mas não sou insensível. Eu vejo quantas pessoas vêm, trazidas de ambulância todos os dias e que batem às portas do nosso gabinete para pedir pensão, passagem, e para fazer o tratamento contra essa doença maldita, cruel e avassaladora, porque na verdade ceifa vidas sem época certa, não tem idade, não tem classe social e hoje é tão simples, porque infelizmente temos que nos deparar com ela, porque não há nenhuma família que não tenha ou alguém próximo ou alguém da própria família acometido dessa doença.

Gostaria de dizer para o senhor o seguinte: acho que a Assembléia e o governador Requião tem falado isso, que ele vai dar uma prioridade maior à área de saúde no próximo ano, através da discussão do orçamento deste ano, e que pudéssemos discutir isso.

Lá em Pato Branco, a cidade que eu represento, está se montando lá, uma Unidade Ecológica, a população construiu. O povo, cada um deu o tijolo, o saco de cimento, quem tinha mais deu mais e construíram uma Unidade Ecológica.

Agora, claro, há dificuldade de funcionamento, tendo em vista a complexidade que é. Sempre que nós escutamos falar na questão da saúde do Brasil o negócio está indo mais ou menos assim:

- o atendimento de baixa complexidade está tendo o apoio maior;

- o atendimento de alta complexidade está ficando sempre numa posição de menor apoio, vamos colocar desta forma.

Acho que o Hospital Erasto Gaertner, para nós paranaenses, na minha opinião, deveria ser fruto de um esforço concentrado de todas as entidades. Quero parabenizar aqueles que fazem de maneira voluntária esse trabalho, porque muita gente trabalha nessa questão e eu aprendi isso depois que começou a construir a Unidade, lá em Pato Branco, muita gente faz esse trabalho no anonimato, porque é difícil quem acompanhe o paciente até na sua fase terminal. É difícil quem fique lá dando assistência no momento em que o paciente já está numa situação bastante difícil.

Teríamos que fazer aqui, através do Orçamento e, poderia se fazer isso, não em nome de um deputado, não em nome de uma Bancada, de qualquer partido. Poderia se fazer isso em nome da Assembléia, em torno do Orçamento que está se discutindo agora, dentro daquelas necessidades que foram alocadas aqui para que a Assembléia pudesse, a exemplo do que faz o nosso presidente nessa contribuição que dá como membro da Comissão da Liga Mantenedora, para que nós pudéssemos auxiliar o hospital nesse sentido.

No mais, gostaria de parabenizar o trabalho de vocês. Embora vocês pensem muitas vezes que não percebemos esse trabalho, mas nós é que percebemos, porque todos os dias, eu, do meu gabinete, são 10 a 12 pessoas em média atendidas sempre que vêm do interior para a capital em busca de apoio.

Parabéns pelo trabalho, e a nossa disposição em ajudar naquilo que for possível para que vocês possam ter a concretização desse espaço que está se reivindicando, de uma forma de cada vez mais atender os pacientes, já que nós temos como centro de referência de tratamento dessa doença que lamentavelmente ceifa vidas, que a gente muitas vezes não tem o que fazer.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados, gostaria primeiramente de cumprimentar o Luiz Antonio e todas as pessoas que fazem parte do hospital, e também, da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que estão aqui presentes.

Eu prestava atenção na prestação de contas que foi feita aqui, e acho que, primeiro de tudo, o importante é se fazer uma prestação de contas como foi feita aqui, mostrar a situação em que está o hospital, hoje.

Cumprimentar o nosso presidente, que é um dos colaboradores também desse trabalho, e queria cumprimentar o deputado Augustinho Zucchi, que foi muito feliz nas suas colocações. Acho que V. Exa. tem toda a razão, esse é um dos mais brilhantes hospitais do Brasil e, eu não sabia que ele estava em tamanha situação, porque na região de Ponta Grossa tenho acompanhado o trabalho da Liga, sei o que representa esse hospital para nós, de Ponta Grossa e os Campos Gerais, sei quantas crianças são atendidas, sei do trabalho que é realizado também, quantas pessoas são atendidas por esse hospital.

Como deputado de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, reitero aqui e acompanho o pronunciamento do deputado Augustinho Zucchi, e acho que esta Casa deveria colocar uma emenda coletiva, até mesmo porque o governador nos pede para que façamos emendas da saúde, para atingirmos aquele percentual que determina a lei. Sou favorável. Quero pedir aos demais companheiros que façamos juntos aqui um movimento, sob o comando do deputado Hermas Brandão, possamos alavancar aqui pelo menos dois milhões de reais em nome desta Casa para a Liga, para o hospital.

(Aplausos)

Esse hospital tem cuidado das crianças do Paraná. O que está fazendo aqui é algo importante, bonito, e temos que aplaudir.

Concordo plenamente e, abro mão de alguma emenda minha, porque quando estiver ajudando esse hospital, estarei ajudando as crianças da minha região.

Daria até mais uma sugestão, aproveitando o número de comunicadores que trabalham em rádio e que

estão aqui: vemos a TV Globo fazendo campanha não sei para quem. Vemos a SBT fazendo Teleton, não sei para quem, e porque é que nós aqui do Paraná não fazemos uma rede de rádio no Paraná, um trabalho intenso na semana, formarmos uma cadeia de rádios no Estado do Paraná? Fazer um dia de campanha de doação, para que o povo conheça isso que acabamos de ver, para que vejam o que o hospital está fazendo e vejam o que isso significa. Porque sabemos que, só quem passou por isso sabe a dificuldade que tem uma criança. Tenho acompanhado muito esse trabalho. Até recentemente fui padrinho da campanha do “Mc Dia Feliz”, lá em Ponta Grossa. Sabemos o que está sendo feito.

Vamos fazer uma cadeia de rádios em todo o Paraná e que pudéssemos chamar toda a atenção do Paraná, para que cada um ajude com um pouquinho, e iremos sair dessa dificuldade.

Fica aqui a sugestão, como radialista que sou. E ao mesmo tempo, cumprimentá-los pela ousadia, pela coragem. Podem contar comigo.

Senhor presidente, espero que todos os deputados recebam esse documentário, apesar que aqui na revista que recebemos já diz quase tudo, para que cada um saiba da importância que esse hospital representa para nós.

E que esta Casa faça uma única emenda, acertada com o governo do Estado, para que se liberasse, pelo menos, dois milhões de reais para esse hospital que atende todos nós deputados e todo o povo do Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Queria como já fizeram meus companheiros Augustinho Zucchi e Jocelito Canto, cumprimentar na pessoa do senhor Luiz Antonio, a Liga Paranaense de Combate ao Câncer e pedir licença muito especial para cumprimentar a Rede Feminina, que é o coração dessa proposta. Fui funcionária do Hospital do Câncer de Londrina durante muito tempo, e acompanhei de perto a luta, a dedicação, o compromisso, a determinação desse grande grupo de mulheres do Paraná que, diuturnamente trabalha para garantir um pouco mais de dignidade para a população, principalmente àqueles de baixa renda. Num atendimento de uma doença tão grave e que tem aumentado o índice no Brasil e a cada ano nos assustamos com o número de pessoas portadoras de câncer no país.

Diria que a saúde no Brasil vai muito mal. E, estaria pior ainda no Estado do Paraná, não fosse o trabalho da Liga, não fosse o trabalho do Hospital Erasto Gaertner. Então, na verdade, se nós fizemos no Brasil um levantamento das instituições, das entidades que trabalham ajudando a resolver a questão da saúde através de trabalho assistencialista, filantrópico, assistência aos mais carentes, acho que há um percentual altíssimo em relação ao que o Estado efetivamente investe nesse setor no nosso País.

Queria dizer que já conhecia a grande competência e o nível de excelência do hospital, mas hoje, na exposi-

ção que o senhor Luiz Antonio os fez, eu pude ampliar as minhas informações do ponto de vista do nível de tecnologia utilizado no hospital no tratamento, as estruturas que eu não conhecia tão bem, a fábrica de prótese, instituto de reabilitação. Então, são informações novas que subsidiam as nossas ações, que ajudam no momento que tivermos que tomar algumas decisões. Então, acho que foi muito bem-vinda a iniciativa de os senhores estarem aqui hoje, exatamente no momento em que estamos discutindo o orçamento e o momento propício de colocarmos emendas.

Concordo plenamente com os companheiros que me antecederam do ponto de vista de que, considerando que o volume de verbas que temos é bastante pequena para as emendas, as coletivas são uma alternativa importante e significativa. Neste momento, acho que temos que pensar em bloco, não individualmente, mas o maior número de deputados possível, trabalhando em direção a algumas iniciativas de emendas e o resultado, certamente, será melhor.

Fiquei preocupada também com os gráficos mostrados em relação aos déficits mensais que passam de quinhentos mil reais. Isso é uma coisa muito difícil de se lidar e queria dizer que a Assembléia Legislativa tem que ser e é uma parceira dessas propostas do hospital e da Liga, e contem conosco para que se fizer necessário.

Muito obrigada pelo trabalho que vocês fazem, obrigada por ajudar tanto o Estado do Paraná e obrigada pela disposição e pelo trabalho extraordinário que vocês fazem salvando vidas, minimizando problemas e efetivamente humanizando a relação hospital/paciente num momento tão complicado em que a pessoa fica sabendo de uma doença grave como essa.

Parabéns!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente Hermas Brandão, ilustre visitante Luiz Antônio e os que estão aqui hoje e todos os dias em prol da população, a nossa eterna gratidão e que Deus lhes pague pelo trabalho que cada um faz em prol da humanidade.

Acho que os pronunciamentos que me antecederam foram suficientes para mostrar à Assembléia Legislativa que deve haver uma emenda coletiva para reconhecer esse trabalho que, aliás, há inúmeras entidades reconhecidas no Paraná e no Brasil, mas esta entidade é, com certeza, a mais conceituada; nunca ouvi ninguém dizer alguma coisa que desabonasse o hospital e o trabalho deste pessoal.

Que esta emenda coletiva seja de fato uma realidade de todos os cinquenta e quatro deputados da Casa. Jocelito Canto disse um número; eu acho bastante razoável, e esta semana mesmo o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, disse que eu poderia indicar duas ambulâncias para duas entidades ou dois municípios. Desde já uma ambulância, se isso acontecer, o Governo repassa

para o hospital e eu assino em conjunto esta Emenda coletiva de dois milhões.

Muito obrigado, e que Deus lhe pague!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Último orador que falará em nome de todos os demais parlamentares, deputado Luciano Ducci.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Queria cumprimentar inicialmente o meu colega, Dr. Luiz Negrão, e todos os demais integrantes do Conselho de Administração do Hospital; também cumprimentar a Sra. Zurita junto com todas as voluntárias do Hospital Erasto Gaertner. É só quem conhece o hospital, que esteve com pessoas da família dentro do hospital, que conhece e sabe desse trabalho maravilhoso e solidário que vocês fazem com as famílias que estão dentro do hospital. Além de toda a captação de recursos que é feita, também esse trabalho solidário.

Queria fazer uma referência a algumas questões principais do Hospital Erasto Gaertner. Uma, por conhecer o hospital desde a época de estudante, depois, como residente de pediatria, fazendo oncologia pediátrica no hospital; depois, como secretário da Saúde, e finalmente, numa situação particular, familiar, com uma pessoa de minha família, muito querida, fazendo radioterapia dentro do hospital.

Nesse período de quase vinte anos, vemos a grande evolução que o hospital teve, principalmente a nível tecnológico. Quem conhece os equipamentos de radioterapia que estão hoje instalados no Hospital Erasto Gaertner sabe que são os equipamentos todos que existem no Brasil e no mundo. Quem conhece e vê toda a forma como está organizado, é hoje um hospital de grande porte, de alta complexidade que atende pessoas do Paraná inteiro e do Brasil.

O Câncer é uma das doenças que mais mata, mas, por outro lado, nós aumentamos muito a esperança de vida. A sobrevida para o câncer hoje é muito grande e há muitos casos de cura.

O nosso sonho é que aquele hospital também venha a fazer transplante de medula óssea. Tem os seus novos centros que já estão programados, um em construção, com dificuldade, para que se termine aquela obra, que realmente se viabilize o mais rápido possível, para que possa realmente o hospital, com a sua capacidade máxima e com seus equipamentos já instalados e os que deverão ser instalados, pode dar uma melhor qualidade de atendimento, melhor sobrevida para os pacientes e atender mais pessoas que precisam, porque hoje o Hospital Erasto Gaertner não consegue atender todo mundo que gostaria e precisaria ser atendido lá.

Quero saudar o deputado Augustinho Zucchi, no sentido da proposta que foi feita aqui. Acho que a consenso de todos os deputados aqui presentes. Nós sabemos que não existe emenda coletiva a nível de Assembléia, mas acho que pode o presidente da Casa puxar uma emenda

subscrita por todos nós, deputados, que com certeza vai dar um fôlego, uma possibilidade maior de conseguir, enfim, resolver os problemas mais urgentes do hospital.

Então, em nome de todos os deputados, gostaria de saudar o Luiz Negrão, o trabalho que vem sendo feito, a Sra. Zurita e todo o Conselho aqui. Podem contar realmente com o nosso trabalho, a solidariedade da Casa e com a nossa participação em todos os momentos necessários para o Hospital Erasto Gaertner.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos então agradecer ao Luiz Antonio e toda a sua equipe de colaboradores, que nos dão a honra de comparecer ao Poder Legislativo do Estado do Paraná e tenham a certeza que o Poder Legislativo tem no Hospital Erasto Gaertner um referencial do nosso Estado.

Com certeza, nas emendas que estão sendo feitas para o novo orçamento, estávamos conversando com alguns parlamentares, vamos fazer um pedido que todos subscrevam a emenda coletiva a favor do Hospital Erasto Gaertner.

Muito obrigado e vamos suspender esta Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Sessão suspensa por 5 minutos)

Reaberta a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhora presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Chamada nominal, por favor.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhora presidente, solicito a minha inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Já está inscrito.

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. BARBOSA NETO

Presidente, dispenso a contagem, porque já deu número suficiente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 118/2003

Ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná

O deputado que a presente subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Sugere a criação de Programa Estadual “Vovô Meu Amigo”, que tem por objetivo primeiro a aproximação de crianças e idosos, possibilitando o acesso dos últimos aos ambientes das escolas estaduais de forma a compartilhar sua vida e experiências com crianças e jovens na construção de um Estado melhor.

2 - As instituições e associações de proteção e apoio à terceira idade, cadastradas nos Conselhos de Assistência Social poderão aderir ao Programa por meio de convênios firmados com o Governo do Estado do Paraná.

3 - Efetuado o convênio, cada escola poderá solicitar a presença de um grupo de idosos que, após treinamento específico, poderá colaborar em trabalhos escolares tais como oficinas de história, trabalhos artísticos e manuais, jardinagem, horta, bem como atendimento de portaria e pátio.

4 - A participação no Programa e o treinamento específico serão viabilizados sempre através das instituições e associações de apoio e proteção à terceira idade e não implicam em vínculo empregatício de qualquer natureza com o Estado do Paraná.

5 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais que se fizerem necessários para a realização dos treinamentos, bem como custeio de despesas necessárias para implementar o Programa.

6 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para implantação do Programa e demais incentivos de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, no passado, era visto como um país de jovens, seja pelas altas taxas de natalidade, seja pelas condições pouco satisfatórias que provocavam uma expectativa de vida mais curta. Contudo, a partir de esforços do governo e da população e de avanços da medicina, a situação vem se revertendo. Atualmente a população idosa vem crescendo, o que gera a necessidade de criação de novos modelos de conduta em sociedade.

Como se pode verificar através de notícias vinculadas nos mais diversos meios de comunicação, proliferam

casos de maus tratos e descaso para com os idosos que algumas vezes, embora física e mentalmente saudáveis, são relegados à inércia simplesmente pelo fato de contarem com mais de 60 anos de idade.

A solidariedade, o respeito, a humildade e o carinho se aprendem no contato com seres humanos, e nada mais bonito do que vê-lo florescer entre o novo e o velho. O idoso necessita da criança para que se lembre que está vivo e que ainda tem muito a oferecer ao mundo. A criança precisa do idoso para sentir-se amada, cuidada e aprender valores que só a experiência de vida pode repassar.

A presente Indicação não visa abrir vagas de trabalho, mas vagas de respeito e solidariedade nas escolas do Paraná, possibilitando a repartição de experiências de vida e conhecimento entre jovens e idosos.

Os idosos poderão ceder às escolas poucas horas no dia, interagindo com os alunos no desenvolvimento e ensino de atividades como o cultivo dos jardins e hortas, trabalhos manuais e artísticos, oficinas de histórias, além de auxiliar no cuidado das crianças no horário do recreio, entrada e saída da escola.

Essas atividades proporcionarão ao idoso a certeza de tornarem-se úteis à sociedade e farão com que os estudantes percebam as limitações dos outros seres humanos - a que estarão sujeitos no futuro - aprendendo a arte da vida em comunidade.

Face às razões elencadas, justifica-se a proposição da presente indicação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e conforme parágrafo 5º do artigo 167 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para a Emenda de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 351/2003.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do dia, que não sofreram emenda no curso de sua tramitação, da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário

desta Casa de Leis, que seja dado potencial apoio ao Projeto de Criação do Tribunal Regional Federal, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Há anos o Paraná vem lutando pela criação e instalação de um novo Tribunal Regional Federal, com sede em Curitiba. Este objetivo, próximo de se concretizar, está unicamente na dependência da aprovação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional - PEC nº 544 de 2002, à qual já foram dados pareceres favoráveis das Comissões daquela Casa Legislativa encarregadas da sua análise - Comissão de Justiça e Especial.

A emenda cria quatro tribunais: o da 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Há razões de sobra que determinam a criação desses tribunais, principalmente em face do elevado número de processos, distâncias e demora no deslinde das questões. Em termos econômicos, custos, diretos e indiretos, são significativamente maiores ao País, em face da inexistência dos tribunais requeridos.

A instalação do Tribunal Federal em nossa Capital, é o reconhecimento que o Paraná aguarda com determinação no ano de seu sesquicentenário. É como se após cento e cinquenta anos, estivéssemos presenciando a uma nova emancipação.

Assim, fundamentais são as manifestações de apoio à aprovação da Emenda Constitucional em pauta, que esperamos com expectativa o valioso empenho da nossa Bancada Federal, trabalhando em defesa das coisas do nosso Paraná, atitude que será sempre lembrada e reverenciada pelos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Parlamentar Especial, composta por 3 (três) membros nomeados pela Presidência da Casa, para, no prazo de 90 (noventa) dias, apurar eventuais prejuízos acarretados ao porto de Paranaguá, à Above - Associação Brasileira de Óleos Vegetais, FAEP, Fetaep e Ocepar, haja vista que há 15 dias o porto de Paranaguá não embarca soja em seus terminais, acarretando prejuízos a todos que dependem deste porto para escoamento da soja.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas pela posse, seja do novo Conselho Diretor, na pessoa do presidente, engenheiro Emerson Gava, dos vice-presidentes, engenheiros: Carlos Alberto Botarelli, Fernando Moreira, Fábio Gradowski, Lucídio Rocha Neto, sebastião Teixeira, Avelino Bueno, Hamilton do Vale Pansolin, Salvador Pedalino, Rui Giublin, Silvestre Paul Júnior, Ricardo Carcereri, Carlos Werneck, seja do Conselho Fiscal, na pessoa dos engenheiros Bernardo Guiss Filho, Carlos Lobato, Marco Ladeira, Marcelo Stephanes, Geórgia Ferreira, e José Mário de Castilho, bem como à antiga diretoria, na pessoa do engenheiro Gilberto Piva e seus companheiros.

Seja este voto encaminhado à APEOP - Associação Paranaense de Empresário de Obras Públicas, Avenida Getúlio Vargas 4250 - CEP: 80.240-041 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, presidente da Rede Paranaense de Comunicação, pelo aniversário de 43 anos de fundação dessa organização de comunicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente:

Os deputados que se subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de parabenização à Presidência do Banco do Brasil, pela iniciativa de instalação de Serviço Call Center, em São José dos Pinhais.

Requerem, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Superintendência do Banco do Brasil, Rua Comendador Araújo, 143 - 20º andar - Ed. Centro Everest.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS

RATINHO JÚNIOR

FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente:

Os deputados que se subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente à Presi-

dência do Banco do Brasil, solicitando prioridade na contratação de trabalhadores de São José dos Pinhais para o serviço de Call Center, que será instalado no município.

Requerem, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Superintendência do Banco do Brasil, Rua Comendador Araújo, 143 - 20º andar - Ed. Centro Everest.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS

RATINHO JÚNIOR

FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, solicitando mediação da crise na fazenda Santa Maria, no município de Ortigueira, no interior do Estado, invadida por integrantes do Movimento dos Sem-Terra-MST em agosto passado, a fim de evitar conflitos graves na área.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Em 29 de agosto último, mediante acordo com o governo do Estado, o Movimento dos Sem-Terra-MST desocupa a fazenda Vale do Sol, em Ortigueira, interior do Estado. O acordo previa que sem-terra seguissem para acampamentos do Movimento na região. Após a desocupação da fazenda Vale do Sol, cerca de 50 famílias do MST ocupam a fazenda Santa Maria em Ortigueira-PR, cadastrado sob o código 710040010146-9, em nome de Milton Vargas Prudêncio.

A propriedade foi adquirida legalmente há pouco mais de dois anos, possui 566 hectares ocupados com 600 cabeças de gado e 168 hectares de lavoura. A área é considerada produtiva pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo Grau de Utilização de Terra - GUT é igual a 98.90% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE corresponde a 100,00% (laudo em anexo).

Em 5 de setembro, uma decisão judicial determina reintegração de posse. O secretário da Segurança Luís Fernando Delazari e o secretário da Ação Social, padre Roque Zimmermann são informados da solicitação de mediação do conflito e da tentativa de reintegração de posse. Nenhuma providência fora tomada até o momento. Em vista à cidade de Ortigueira é constatado clima de revolta na população local, face às ações do MST.

Durante a interinidade do governador Orlando Pesuti, deputado André Vargas e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermas Brandão são informados pelo governador e pelo secretário da Segurança que o governador Requião determinou que essa questão seria resolvida única e tão somente por ele (Requião), quando voltasse da Espanha. Parlamentares

informaram ao deputado André Vargas que o governo não tomará nenhuma providência relativa ao caso, uma vez que a fazenda é do “tio do André Vargas”, e que a mesma está arrendada pelo Sr. Milton, o que não é verdade.

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário estadual da Segurança Pública, solicitando mediação da crise na fazenda Santa Maria, no município de Ortigueira, no interior do Estado, invadida por integrantes do Movimento dos Sem-Terra - MST em agosto passado, a fim de evitar conflitos graves na área.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Em 29 de agosto último, mediante acordo com o governo do Estado, o Movimento dos Sem-Terra - MST desocupa a fazenda Vale do Sol, em Ortigueira, interior do Estado. O acordo previa que sem-terra seguissem para acampamentos do Movimento na região. Após a desocupação da fazenda Vale do Sol, cerca de 50 famílias do MST ocupam a fazenda Santa Maria em Ortigueira-PR, cadastrado sob o código 710040010146-9, em nome de Milton Vargas Prudêncio.

A propriedade foi adquirida legalmente há pouco mais de dois anos, possui 566 hectares ocupados com 600 cabeças de gado e 168 hectares de lavoura. A área é considerada produtiva pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo Grau de Utilização de Terra - GUT é igual a 98.90% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE corresponde a 100,00% .

Em 5 de setembro, uma decisão judicial determina reintegração de posse. O secretário da Segurança Luís Fernando Delazari e o secretário da Ação Social, padre Roque Zimmermann são informados da solicitação de mediação do conflito e da tentativa de reintegração de posse. Nenhuma providência fora tomada até o momento. Em vista à cidade de Ortigueira é constatado clima de revolta na população local, face às ações do MST.

Durante a interinidade do governador Orlando Pesuti, deputado André Vargas e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermas Brandão são informados pelo governador e pelo secretário da Segurança que o governador Requião determinou que essa questão seria resolvida única e tão somente por ele (Requião), quando voltasse da Espanha. Parlamentares informaram ao deputado André Vargas que o governo não tomará nenhuma providência relativa ao caso, uma vez que a fazenda é do “tio do André Vargas”, e que a mesma está arrendada pelo Sr. Milton, o que não é verdade.

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao governador Roberto Requião, solicitando mediação da crise na fazenda Santa Maria, no município de Ortigueira, no interior do Estado, invadida por integrantes do Movimento dos Sem-Terra - MST em agosto passado, a fim de evitar conflitos graves na área.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Em 29 de agosto último, mediante acordo com o governo do Estado, o Movimento dos Sem-Terra-MST desocupa a fazenda Vale do Sol, em Ortigueira, interior do Estado. O acordo previa que sem-terra seguissem para acampamentos do Movimento na região. Após a desocupação da fazenda Vale do Sol, cerca de 50 famílias do MST ocupam a fazenda Santa Maria em Ortigueira-PR, cadastrado sob o código 710040010146-9, em nome de Milton Vargas Prudêncio.

A propriedade foi adquirida legalmente há pouco mais de dois anos, possui 566 hectares ocupados com 600 cabeças de gado e 168 hectares de lavoura. A área é considerada produtiva pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo Grau de Utilização de Terra - GUT é igual a 98.90% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE corresponde a 100,00% (laudo em anexo).

Em 5 de setembro, uma decisão judicial determina reintegração de posse. O secretário da Segurança Luís Fernando Delazari e o secretário da Ação Social, padre Roque Zimmermann são informados da solicitação de mediação do conflito e da tentativa de reintegração de posse. Nenhuma providência fora tomada até o momento. Em vista à cidade de Ortigueira é constatado clima de revolta na população local, face às ações do MST.

Durante a interinidade do governador Orlando Pesuti, deputado André Vargas e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermas Brandão são informados pelo governador e pelo secretário da Segurança que o governador Requião determinou que essa questão seria resolvida única e tão somente por ele (Requião), quando voltasse da Espanha. Parlamentares informaram ao deputado André Vargas que o governo não tomará nenhuma providência relativa ao caso, uma vez que a fazenda é do “tio do André Vargas”, e que a mesma está arrendada pelo Sr. Milton, o que não é verdade.

REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente:

REQUEIRO, na forma regimental, ouvidos meus nobres pares, envie-se expediente ao Sr. Luiz Carlos Delazari, secretário especial da Corregedoria e Ouvidoria-Geral, solicitando daquele servidor do Estado do Paraná as seguintes informações:

a) quais os procedimentos administrativos adotados pela Corregedoria e Ouvidoria-Geral acerca das várias notícias dando conta de comportamento indevido por parte do diretor administrativo, jurídico e financeiro da Ferroeste SA, senhor Samuel Gomes dos Santos, publicadas em diversos órgãos da imprensa nacional (Jornal de Brasília, O Dia, Hoje em Dia, Folha de Pernambuco, etc) e paranaense (Folha de Londrina, O Estado do Paraná, Documento Reservado, dentre outros)?

b) Se é do seu conhecimento que o renomado colunista Cláudio Humberto, cuja coluna é republicada diariamente em mais de 30 dos maiores jornais diários de todo o país, estampou certidão positiva do Cartório de Distribuição da Comarca de Foz do Iguaçu, expedida em 30 de setembro passado, com o registro de cinco processos criminais contra o referido funcionário (indenização, indenização por ato ilícito, processo crime etc), sendo um deles datado de junho de 2003, quando o mesmo já era o todo-poderoso diretor da Ferroeste?

c) Se tinha conhecimento e não adotou os procedimentos cabíveis, necessários e legais, para investigar, apurar, denunciar ou defender o citado funcionário, por quais razões não o fez?

d) Se procede a informação hoje publicada no site www.ucho.com.br, dos mais conhecidos do meio jornalístico, de que ele, o próprio secretário especial da Corregedoria e Ouvidoria-Geral, é o “padrinho” da nomeação do senhor Samuel Alves dos Santos?

e) Se acha normal, corriqueiro, comezinho, aceitável ou decente, que um cidadão sobre os quais pesam 5 ações criminais, além de outras tantas denúncias acerca de desvios éticos através de fartas publicações na imprensa - algumas apensadas a este requerimento - seja - ao mesmo tempo, o responsável pela administração (inclusive as compras), a parte jurídica (inclusive os pareceres sobre o que faz e a realização das licitações) e parte financeira (recebe e paga, inclusive o que comprou)?

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Por muito menos, a ministra Benedita da Silva (do PT, partido ao qual é filiado o citado diretor da Ferroeste), sobre cuja honorabilidade não pesa mais que a denúncia de uma viagem a Buenos Aires, para um culto evangélico, está com os dias contados no governo Lula.

Por muito menos, o secretário nacional de Segurança Pública, também um petista, caiu em desgraça e foi demitido sumariamente.

Por muito menos, um homem sabidamente sério, o ministro Agnelo Queiroz do PC do B, vê seu nome nas páginas de toda a imprensa nacional, mesmo tendo devolvido pouco mais de US\$1.500,00 (hum mil e quinhentos dólares) em diárias que recebeu para as Olimpíadas na República Dominicana.

Que conceito de moralidade pública tem o secretário, a quem o governador Requião entregou a tarefa de

policar o seu governo, de zelar pela probidade de suas ações, de guardar o estrito e severo conceito de honorabilidade que ele, Roberto Requião de Mello e Silva, ao longo da vida transformou em bandeira eleitoral e, a bem da verdade, a preza, valoriza e dignifica pessoalmente?

Não lê jornais o senhor Delazari? Não sabe o que comenta à “boca pequena” nos corredores do poder, nas secretarias, nesta Casa ou na própria Ferroeste? Não sabe que funcionários da Junta Comercial do Estado do Paraná foram demitidos por conta de estripulias do diretor da Ferroeste naquele organismo, segundo denúncia enviada ao presidente da Ferroeste, Martin Roeder, e ao diretor Heitor Wallace de Mello e Silva? Acha que desvios éticos são normais?

Espero que essa chaga seja suturada. Que não possa pesar sobre um funcionário público as claras dúvidas e graves suspeitas que hoje pesam sobre o diretor da Ferroeste. Mas, como o seu cargo é de livre provimento, e mesmo que ele, com folha-corrída e não biografia, pretenda continuar constringendo o governo Requião e o PT, partido do qual é um dos líderes no Estado, o que nos interessa é saber o que faz - ou não faz! quem deveria já tê-lo denunciado. Mas, ironia das ironias, é apontado como o seu padrinho, o seu “pistolão”, o homem que o indicou...

É o que tenho a requerer.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 654/2003
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Família Rural - CFR, de Francisco Beltrão, fundada em 11 de maio de 1995, com sede e foro no município de Francisco Beltrão- Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A CFR-Casa Familiar Rural, fundada em 11 de maio de 1995, com o CNPJ 01.070.485/0001-52, com sede e foro no município de Francisco Beltrão/Paraná; é entidade sem fins lucrativos e visa atender os filhos de agricultores residentes no município, de 5ª à 8ª séries, do ensino fundamental.

A Casa sempre trabalhou no sentido de envolver os pais nas atividades desenvolvidas pela Casa. Os jovens desenvolvem etapas da pedagogia de alternância, são responsáveis pelas normas internas da Casa, e zelam pelo bem-estar social da mesma e dos que ali passarem. O monitor da Casa, além do trabalho técnico-pedagógico do funcionamento, os mesmos têm a responsabilidade da

formação dos jovens, sempre fazendo ligação com a família.

Entendemos ser justa a declaração de Utilidade Pública. Com certeza irá ajudar no desenvolvimento da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 655/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo proibido de iniciar, renovar, manter, em regime de exclusividade a qualquer instituição bancária privada, as contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo obrigado a manter toda a movimentação financeira descrita no artigo antecedente em Instituição Financeira Oficial, conforme preceituam os artigos 164 e 240, das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo, revogar, imediatamente, todos os atos e contratos firmados nas condições previstas no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Estadual nº 12.909/2000, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.2003.

(aa) NEIVO BERALDIN, DOUTOR LUCIANO, DELEGADO BRADOCK, ADEMIR BIER, AILTON ARAÚJO, MILTINHO PUPIO, WALDIR LEITE, LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO ILKIV e FRANCISCO BÜHRER.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa extinguir contratações duvidosas geradas pelo governo anterior, principalmente no que se refere ao Banco do Estado do Paraná.

Em uma manobra de última hora, contando lamentavelmente, com o aval de alguns parlamentares desta Casa o Governo do Estado enviou mensagem onde propunha que constasse do Edital de Venda do Banestado, a seguinte expressão:

“Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná SA - Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - sistema Integrado

de Administração financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/ conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público”.

A referida mensagem foi levada a plenário, menos de um mês antes do Leilão do Banestado foi transformada na Lei nº 12.909/2000. É bom lembrar que esta mensagem foi objeto de recomendação claramente tendenciosa de parte do banco fator, que avaliou e modelou o Banestado para venda.

A Medida Provisória nº 2192-70, que permitiu até 31.12.2010, a manutenção das disponibilidades de Caixa dos Estados nas instituições financeiras que adquirissem bancos estaduais, no nosso caso para o Itaú, é extremamente lesiva aos interesses públicos, tendo em vista que foi editada durante o processo de alienação do Banestado.

Baseado nesta lei, o Banco Itaú que adquiriu o Banestado, além dos 5 anos iniciais concedidos pela Lei Estadual nº 12909/2000 aditou o referido contrato em 17.06.2002, sem a participação desta Casa de Leis, três anos antes de seu termo final. O citado aditamento se deu por 5 anos, vencendo, então, o regime de exclusividade em 2010.

Pergunta-se: quais os critérios de avaliação para que o contrato fosse renovado? Onde foi privilegiado o interesse público nesta questão? Quanto recebeu o Estado para renová-lo? Se fosse aberto um processo licitatório, como determina a Constituição Federal e toda a legislação que regula a matéria, um outro banco, igualmente privado, não poderia ter oferecido mais vantagens ao Estado?

Ademais, toda a movimentação financeira dos órgãos públicos deve ser realizada em bancos oficiais. A Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná, são claras e precisas neste sentido:

Constituição Federal

Art. 164 - A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Constituição Estadual do Paraná

Art. 240 - As disponibilidades de caixa do Estado, das entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Portanto, ao aprovarmos este projeto de lei, estaremos devolvendo ao Poder Público uma prerrogativa que lhe é constitucionalmente garantida.

Nunca é tarde para se reparar um mal praticado. É nesta hora que os parlamentares de bom senso, ciosos de suas responsabilidades como dignos e legítimos repre-

sentantes da população paranaense devem votar favoravelmente a este projeto, para determinar que seja realizado imediatamente, processo licitatório, demonstrando lisura, moralidade, transparência no trato da coisa pública.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Passamos ao Horário das Lideranças: PL....

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhora presidente, apenas para registrar aqui, com muita felicidade e satisfação, o aniversário da nossa colega, lutadora, combativa, deputada Elza Correia, que está aniversariando no dia de hoje.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

PL; PSL; PPS.

(Declinam)

PSB: com a palavra o deputado Doutor Luciano.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiro, cumprimentar a nossa aniversariante, deputada Elza e dizer que estivemos em Brasília representando a Comissão de Saúde, em uma reunião da Frente Parlamentar de Saúde, junto com os presidentes das Comissões de Saúde das Assembléias Legislativas dos Estados do Brasil.

Essa reunião foi convocada, basicamente, para se discutir as estratégias sobre a aplicação da emenda 29 anos nos estados e em nível nacional.

Em nível nacional, o sistema Único de Saúde vinha passando por uma grande dificuldade, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada e com o orçamento que estava vindo para a Câmara Federal, onde se indicava uma perda de quatro bilhões de reais, para o Sistema Único de Saúde, para o ano que vem. Na LDO, estava sendo contabilizado, através de um veto do presidente Lula, o saneamento e o Programa Fome Zero, dentro do orçamento da Saúde. Felizmente, o presidente Lula, com a sua sensibilidade social e com todo o movimento da Frente Parlamentar de Saúde e das diversas entidades, conselhos municipais e estaduais e Conselho Nacional de Saúde, conseguimos reverter essa situação.

O governo federal não vai considerar como despesa, na área de Saúde, para fins de orçamento, nem o saneamento e nem o Programa Fome Zero. Isso trouxe uma discussão a partir de ontem, para todos os estados que estão fazendo o seu PPA e orçamento.

Na Câmara Federal, um deputado do PT, Roberto Gouveia, havia ido ao Ministério Público e proposto uma ação para que não entrasse o saneamento e nem o Fome Zero. Nos estados, nas propostas orçamentárias, que estão vindo ao Paraná também, estão vindo com o sanea-

mento, com programa também voltado à saúde dos servidores e outros programas sendo contabilizados, como despesa da área da Saúde. O grande movimento que se faz, hoje, através dos Conselhos Municipais de Saúde, do Conselho Estadual e de toda a sociedade civil organizada, é que isso não seja contabilizado como Saúde.

Tenho certeza que no Paraná, o governador Roberto Requião também vai ser sensível nesse sentido. Representantes do governador em alguns eventos, como na Conferência Estadual de Saúde, que colocou que o governador tem o maior interesse de atender à emenda 29, conforme ela é e conforme deve ser cumprida, isso colocado pelo seu representante na Conferência Estadual de Saúde, secretário Pissetti. Outros parlamentares presentes se manifestaram, da base do governo, pelo cumprimento integral da Emenda 29. Esperamos com essas manifestações positivas, na Conferência Estadual de Saúde, que abrimos esse debate, tanto na Comissão de Saúde aqui da Casa, como também com todos os parlamentares, com a Comissão de Orçamento, para que o orçamento da Saúde seja cumprido, que venham mais recursos para o setor. E com certeza conseguiremos. Vamos conseguir ajudar, não só o Hospital Erasto Gaertner, mas vários outros hospitais de grande, médio e pequeno porte que passam por dificuldades no Estado do Paraná, beneficiando, os usuários do SUS que precisam do atendimento e cada vez mais procuram o Sistema Único de Saúde, para poder se tratar, receber medicamentos, próteses e cirurgias.

Espero que, nos próximos dias, consigamos chegar em uma negociação positiva, a favor do Sistema Único de Saúde, aqui, no Paraná também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

PP.

PFL.

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Recebi hoje o pronunciamento de um deputado federal do Estado de São Paulo, que o fez na Câmara dos Deputados, ou melhor, de dois deputados federais, um deles criticando o governo do Estado do Paraná, e o outro elogiando. Quero dizer que esses deputados não são do Partido da Frente Liberal, partido do qual faço parte, e sim do Partido Trabalhista Brasileiro.

Interessante, os dois deputados do Estado de São Paulo, deputado Zucchi. Um deles critica, na tribuna da Câmara dos Deputados, o governador Roberto Requião, manifesta sua repulsa pela atitude dele, apesar de pertencer a outro Estado e não ter nada a ver com os problemas do Paraná, colocou esse deputado que se chama Ricardo Izar, sobre tudo aquilo que está acontecendo com o Porto

de Paranaguá e com a atitude do governo do Estado de não deixar mais, nas rodovias paranaenses, caminhões carregados de soja, que vão a São Paulo ou que saem de São Paulo, viajarem pelas rodovias paranaenses. E mais, aqui ele critica que a atitude que o presidente do Porto de Paranaguá, Eduardo Requião vem tomando, é ordem do Roberto Requião, de fazer toda essa confusão penalizando o Estado do Paraná e o nosso Porto de Paranaguá, por não mais poder fazer com que a soja pelo porto possa ter exportada. Os problemas estão acontecendo com os paraguaios, com a soja do Mato Grosso e outras tantas ações que nós estamos vendo pela grande mídia do nosso Brasil.

E o interessante, em cima de tudo isto, é o elogio que outro deputado federal, deputado Jocelito, também do PTB, faz ao governador Roberto Requião. São três linhas, deputado, e aqui eu quero ler essas três linhas - ele parabeniza e cumprimenta ao governador do Paraná, pela sua atitude, que tem permitido uma melhora no movimento do porto de Santos. Santos agradece essa recepção da transferência do cais de Paranaguá para o porto de Santos.

Ele cumprimenta duas, três vezes, o governador Roberto Requião, dizendo que o Estado de São Paulo agradece a sua atitude e espera que continue desta mesma maneira, agindo desta forma, porque os bons resultados se transferem para o porto de Santos. Da mesma forma, nós vemos o governador do Rio Grande do Sul com as portas abertas para receber tudo aquilo que o porto de Paranaguá está se negando a exportar.

É claro para mim, nós vamos ver, passo a passo, o prejuízo, deputado Stica, que o Paraná está tendo com esta atitude do governo do Estado do Paraná, de não permitir mais a exportação de soja, e nós alertávamos e o deputado Zucchinho alertava desde o começo, que hoje a soja transportada e produzida no Paraná já tem mistura, já tem traços de transgênicos e se confirmou tudo isto lá dos armazéns do porto de Paranaguá. Na hora que foram fazer as análises, já se apresentaram os traços de transgênicos, e está aí o caos implantado dentro do Estado do Paraná.

Eu espero que o governador possa, nas próximas semanas, nos próximos meses, ver a grande besteira que ele está fazendo, de penalizar o porto de Paranaguá, porque os exportadores que utilizavam o porto vão mudar para outros estados.

E mais, todos os produtos importados também, com certeza, vão procurar outros portos do nosso País, para poder negociar, porque no Paraná nada é certo, nada é equilibrado e nada é correto.

Obrigado, senhora deputada.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PSDB, com a palavra.

(**Declina**)

PDT. Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhora presidente, senhores deputados.

Uso este espaço para tornar público uma lei que, em nome dos onze membros da CPI do Banestado, estamos apresentando aqui na Assembléia Legislativa no dia de hoje. Esse projeto de lei visa proibir o governo do Estado de manter com exclusividade as contas do dinheiro público num banco privado. Esse projeto de lei vai assinado por mim, pelo deputado Luciano Ducci, vice-presidente da CPI, deputado Mário Sérgio Bradock, relator da CPI, deputado Ademir Bier, deputado Ailton Araújo, deputada Luciana Rafagnin, deputado Miltoninho Pupio e deputado Francisco Bühner.

Fica o Poder Executivo proibido de iniciar, renovar ou manter em regime de exclusividade, com qualquer instituição brasileira privada, o que significa dizer que anula a Lei 12909 de 2000, lei essa que possibilitou através do edital de venda do Banestado a inclusão da exclusividade para o Banco Itaú em relação ao dinheiro público do Estado do Paraná e das prefeituras, como um todo.

Em verdade no edital foram 5 anos de exclusividade para Itaú, só que 3 anos antes de vencer os 5 anos o ex-governador Jaime Lerner renovou com o Banco Itaú por mais 5, ou seja, deu a exclusividade para o Banco privado até 2010, revelando aí negócios secretos, tendo em vista que nunca passou por esta Casa de Leis essa autorização por mais 5 anos. E pode ter sido baseado nessa Lei 12909 que o governador tenha feito mais este ato secreto, em prejuízo da população do Estado do Paraná.

É bom lembrar que no edital de venda do Banco Itaú, quem sugeriu para que o governo incluísse a exclusividade, foi um dos bancos que avaliou o Banco do Estado, ou seja, o Banco Fator. O Banco Fator alegou, na época, que o Banco valeria mais com a inclusão da exclusividade do dinheiro público. Então, naquele edital, foram 5 anos, depois 3 anos antes de vencer os 5 anos, antes de deixar o governo, o senhor Jaime Lerner foi lá e fez um novo entendimento com o Itaú. Em audiência, o Sr. Roberto Setúbal, do Banco Itaú, não soube responder ao nosso ilustre relator, Mário Sérgio Bradock, quanto teria pago para renovar por mais 5 anos. Na oportunidade ele disse: "Não me lembro bem se foi 100, 90 ou 80 milhões, eu sei que foi renovado por mais 5 anos".

Neste momento o deputado Bradock deixou o presidente do Banco Itaú com enormes dificuldades, mas a Lei 12909, de 2000, passou por esta Casa de uma forma muito rápida, um mês antes da privatização do Banco veio uma mensagem, que foi aprovada pela Casa, transformando-se na Lei 12909 que agora, de forma unânime, os deputados da CPI ingressam com uma lei anulando.

Tenho fé absoluta que o atual governo vai se manifestar, através de sua liderança, favoravelmente a essa lei, pois beneficia o interesse público. Até porque se nós tivéssemos uma concorrência para perguntar aos bancos públicos: "Quem dá mais?"

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. NEIVO BERALDIN

Já vou concluir.

Senhor Celso, que é o assessor, o senhor precisa entender o seguinte: vamos imaginar que o Banco do Brasil, que a Caixa Econômica Federal queiram oferecer mais para terem a conta pública, do dinheiro público, que é em torno de 10 bilhões por ano, do Estado do Paraná. Então, se não houve leilão, se não houve concorrência, com certeza não foi a população do Estado beneficiada.

Era isso, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Nos últimos dias o Paraná tem sido destacado a nível nacional pela postura de intransigência do nosso governo, barrando a entrada de caminhões vindos de outros estados, que transportam soja transgênica ou não, sob a alegação de que poderiam ser transgênicas.

Toda a imprensa nacional tem dado grande destaque, e negativo, ao Estado do Paraná. Hoje, ainda, a Folha de São Paulo, traz, novamente, uma análise dos embargos impostos pelo Estado do Paraná, principal no que se refere à soja paraguaia, onde o governo do Paraná cria um verdadeiro incidente diplomático com o vizinho país, o Paraguai.

E o alerta que faço, que a Oposição neste momento faz, é que o Paraná escoou, através do porto de Paranaguá, cinco milhões e seiscentas mil toneladas de soja em grãos nesta safra. E o que estamos assistindo é a um verdadeiro desmontar de uma estrutura de escoamento da produção de soja do nosso país, localizada no Paraná.

Na verdade, o que estamos assistindo nos últimos meses no Paraná, é a uma verdadeira desestruturação da administração pública do nosso Estado. Em todos os setores os prejuízos já são sentidos e, efetivamente, não podemos aceitar esses prejuízos.

O deputado Plauto falou, aqui, do pronunciamento do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, cumprimentando e agradecendo o governador Roberto Requião pela melhora no movimento portuário de Santos. Santos agradece essa recepção da transferência de cais de Paranaguá para Santos: “cumprimento mais uma vez o governador Requião, dizendo que São Paulo agradece as suas atitudes e espera que continue a ser dessa maneira, ajudando o porto de Santos” - palavras do deputado federal paulista Arnaldo Faria de Sá.

O governador do Rio Grande do Sul, na Folha de São Paulo de hoje, o Rigotto que, aliás, é também do PMDB, diz o seguinte: “o Rio Grande do Sul pretende tirar vantagem da proibição para escoar soja transgênica

pelo porto de Paranaguá/Paraná. O porto de Rio Grande foi colocado à disposição como alternativa para exportação e seria beneficiário direto. O governador Germano Rigotto tem se mantido discreto em seus pronunciamentos, evitando até mesmo recorrer à Justiça quanto à proibição, como vai fazer o Estado do Mato Grosso. O objetivo é evitar a politização do tema, dando-lhe conotação meramente econômica, não política, e esperando benefícios a partir da arrecadação com a movimentação maior do porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul”.

Ora, é impossível nós paranaenses, parlamentares, cidadãos, ficarmos inertes mediante esta situação de postura ideológica, onde o governo do Paraná quer se pôr mais à esquerda do que o governo Lula - presidente do país, trazendo prejuízos econômicos a toda a sociedade paranaense. A Associação Brasileira de Óleos Vegetais já contabilizou um prejuízo de mais de 18 milhões de reais. A soja do Mato Grosso, tem um teor de óleo em torno de 6,6%; a soja do Paraná em torno de 5,6%. A mistura da soja vinda do Mato Grosso com a soja produzida no Paraná, só aumenta o valor da soja escoada por Paranaguá, em tese da soja produzida no Paraná.

Estamos trazendo prejuízos incomensuráveis à economia paranaense. Não podemos mais aceitar, como não aceitamos em nenhum momento, desde quando se discutiu e se debateu aqui nesta Casa a questão dos transgênicos, razão pela qual estamos propondo a criação de uma Comissão Especial suprapartidária, para levantar os prejuízos arrecadados ao porto de Paranaguá, à economia paranaense, à Associação Brasileira de Óleos Vegetais, porque entendemos que o parlamento tem que se pronunciar, tem que buscar os dados, tem que buscar tecnicamente, cientificamente apurar, apurando também as responsabilidades, porque ninguém me ilude efetivamente. Estamos vendo aí a Araupel propor uma ação de indenização, cerca de quatro milhões de reais contra o Estado do Paraná, porque o Estado não desocupou a fazenda Araupel em tempo hábil.

Quem vai pagar esse prejuízo é o Estado do Paraná. Não vai ser, certamente, o secretário da Segurança, do seu bolso, não. Vai ser o erário público. Se estamos dando prejuízo à iniciativa privada, aos exportadores de soja, quem vai pagar esse prejuízo? Não vai ser o diretor-superintendente, não! Vai ser o erário público, vai ser a viúva e temos que apurar responsabilidades, para que no futuro essas pessoas sejam, mesmo autoridades, obrigadas a pagar pelo prejuízo que causaram ao Estado do Paraná!

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do jornalista Francisco, do jornal Hoje de Maringá e o seu diretor-presidente, que veio visitar esta Casa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 118/2003, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando a criação do Programa Estadual “Vovô Meu Amigo”, que tem por objetivo primeiro a aproximação de crianças e idosos, possibilitando o acesso dos últimos aos ambientes das escolas estaduais, de forma a compartilhar sua vida e experiências com crianças e jovens na construção de um Estado melhor. **À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.**

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin e outros, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2003, que cria cargos de agente penitenciário - ANAP - Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER DA CCJ.**

EMENDA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 531/2003

P A R E C E R :

Oriundo de mensagem governamental, o projeto de lei em epígrafe cria cargos de agente penitenciário - ANAP - Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Indo à votação em Plenário, o projeto de lei recebeu emenda que adiciona parágrafo único ao artigo 1º com a seguinte redação.

Parágrafo Único - No concurso público para provimento dos cargos de que trata o *caput* será assegurado, na prova de Títulos e Documentos, contagem de ponto extra para todo candidato que tenha prestado serviços junto ao Sistema Penitenciário Estadual, na condição de empre-

gado contratado pelas empresas administradoras das respectivas unidades prisionais.

O parágrafo a ser adicionado ao projeto de lei fere o princípio da isonomia consagrado na Constituição Federal que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... (CF - artigo 5º).

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 27, da mesma forma que a Constituição Federal em seu artigo 37, estabelece que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos”.

Diante do exposto, verificamos que os funcionários que ora encontram-se prestando serviços, contratados por empresas administradoras de unidades prisionais, para ingressarem no serviço público deverão prestar concurso em igualdade de condições com todos aqueles que desejarem fazê-lo.

Ademais, a lei não deve estabelecer critérios para o preenchimento dos cargos públicos, pois este é objeto de edital de concurso que será elaborado pelo Poder Executivo.

Diante disso, somos de parecer contrário à emenda.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2483, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação nominal para a Emenda de Plenário, apresentada. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

A senhora poderia nominar quem pediu votação nominal?

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Solicitado pelo deputado Durval Amaral.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

A senhora poderia pedir ao 1º secretário que faça a leitura do pedido de S. Exa.?

**O SR. DELEGADO BRADOCK
(Lê requerimento)**

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Em votação o projeto de lei, ressalvadas as emendas.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Data vênica, se permite o deputado Durval Amaral explicar o que é essa emenda, porque os deputados aqui, estão confusos...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Farei isso no encaminhamento, deputado Neivo, com o maior prazer.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O senhor vai fazer encaminhamento?

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Agora, não. Só quando for votação da emenda. O requerimento já foi aprovado, deputado Vanhoni.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para encaminhar, senhora presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Para encaminhar, o deputado Durval Amaral.

Deputado, essa é Emenda da CCJ, essa votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Para Encaminhar**)

Senhora presidente, só para encaminhar, esclarecer ao Plenário. A Emenda da CCJ é de minha autoria, que só acrescenta, “essa lei entrará em vigor na data de sua publicação”, é uma norma que será a partir da publicação em Diário Oficial.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está em votação essa Emenda.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Pediria que votassem essa e imediatamente nós partiremos para a Emenda do deputado Durval Amaral.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Votação a emenda de autoria do deputado Durval Amaral.

Para encaminhar, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhora presidente e senhores deputados.

Vários deputados subscreveram uma emenda a esse projeto, a essa mensagem do Governo, propiciando nobre deputado Vanhoni, que no concurso público para provimento dos Cargos de Agente Penitenciário ficará obviamente assegurado na prova de títulos e documentos, contagem de ponto extra para todo o candidato que tenha prestado serviço junto ao Sistema Penitenciário Estadual, na condição de empregado contratado pelas empresas administradoras das respectivas unidades prisionais.

Vejam bem, senhores deputados, a questão pode ser realmente por demais complexa, isso cita a discussão, mas o que é que nós pretendemos e o que é que nós buscamos com a apresentação dessa emenda?

Nós queremos dar oportunidade a todos aqueles 1.200 agentes, disciplinar para que possam efetivamente

na sua prova de títulos e documentos auferir uma pontuação diferenciada, o que é perfeitamente legal, até porque essas pessoas estão há mais de 4 anos trabalhando no sistema prisional e a reincidência criminal dos internos, daqueles que cumprem pena nas unidades terceirizadas, é menos do que 5%. A reincidência criminal nas unidades prisionais convencionais, onde se tem o servidor público concursado, chega a mais de 90%.

Olhe o que eu estou alegando aqui, a reincidência criminal para o sistema terceirizado é de menos de 5%! A reincidência criminal daqueles que estão cumprindo pena nas penitenciárias convencionais no Estado do Paraná chega a mais de 90%!

Ou seja, todo aquele interno que cumpre a sua pena numa unidade penitenciária mantida pelo Estado, em 90% dos casos, ele volta a reincidir no crime. Aquele que cumpre a sua pena nas unidades terceirizadas, apenas 5% volta a reincidir no crime.

Qual é a mágica? É muito simples. No sistema terceirizado, o que temos? Temos médicos, psicólogos, agente disciplinador que, se envolveram em qualquer delito cometido dentro do sistema prisional, ele, imediatamente, é afastado. Depois responde a um processo administrativo que dura não mais do que 15 dias e que culmina com a demissão.

Todos sabemos que é uma demissão do servidor público que tem a estabilidade. Todos sabemos que, primeiro se faz a sindicância, um processo administrativo, que às vezes leva dois anos. E, ao final do processo administrativo, culminado com a demissão, ele, muitas vezes por falha processual, vai para a justiça e consegue a reintegração e volta a trabalhar no sistema prisional.

O índice de drogas, de cigarros, e corrupção e de uso de celulares é zero no sistema terceirizado. Enfim, atos que estamos acostumados a ver nessas prisões pelo Brasil afora.

O interno custa menos de 1280 reais, incluída todas as despesas. O Estado, no sistema convencional, sequer sabe quanto custa exatamente o seu preso. Uns estimam 2 mil reais, outros 1600 reais. É uma dúvida.

Com toda certeza o Estado não perde o controle das penitenciárias, porque o diretor das penitenciárias terceirizadas, o vice-diretor e o chefe de segurança são nomeados pelo Estado.

Quanto à minha emenda, não é minha, aliás, é de vários deputados estaduais. Queremos o quê? Queremos conferir, já que é uma decisão política, uma decisão administrativa do Estado, e por mais que venhamos a protestar, temos que respeitar a decisão do governador, porque ele foi eleito e não deseja mais a terceirização e quer, mesmo contra esses argumentos, acabar com a terceirização do sistema penitenciário, que aliás, foi copiado por Amazonas, Bahia, pelo Espírito Santo. Está sendo modelo, e comitivas do Canadá já vieram conhecer o sistema terceirizado no Paraná. Vieram comitivas da África do Sul, de toda a América do Sul, para conhecer essa

medida fantástica que adotou o Estado do Paraná com a terceirização das nossas cadeias.

O cerne da questão e da nossa emenda. “Ela confere aos atuais trabalhadores do sistema... (**Lê sua emenda**). A CCJ deu um parecer pela inconstitucionalidade da matéria abordando a isonomia e o artigo 5º da Constituição Federal. Porém, no nosso entendimento, *data vênia*, não fere o princípio constitucional da igualdade, porque este é a garantia de todo cidadão de não ser discriminado em razão do seu sexo, da sua idade, da raça, do trabalho, do credo religioso ou das convicções políticas e em, nenhum momento a nossa Emenda discrimina isto, tampouco estabelece privilégios ou vantagem indevida de modo a desrespeitar o princípio da igualdade, porque em se tratando de concurso público esse será realizado de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma da lei, é o que determina a Constituição Federal no artigo 3702: “é consagrada na doutrina e na jurisprudência a interpretação das normas relativas aos concursos públicos como facultativas para que as administrações públicas possam efetivamente prescrever exigência quanto à capacidade física, moral, técnica, científica ou profissional que entenderem convenientes como condição de eficiência, moralidade e aperfeiçoamento do serviço público.”

O nosso mestre maior na área de direito administrativo, professor Ely Lopes Meirelles, diz assim: “com isso ficam as administrações autorizadas a prescrever em lei, exigências quanto à capacidade física, moral, técnica, científica e profissional que entenderem convenientes com condição de eficiência, moralidade e aperfeiçoamento do serviço público”. O Professor Ely Lopes Meirelles, inclusive se referindo ao princípio da isonomia prevista no Artigo 5º da Constituição Federal, tratando da discriminação e da desigualdade ou da igualdade; ele cita um exemplo no seu livro da mulher, de que seria inaceitável, feriria o princípio da igualdade se fizemos um concurso público para datilógrafa aceitando somente que mulheres façam esse concurso; isso seria profundamente ilegal. Entretanto, em se tratando de um concurso público de datilógrafa para uma penitenciária feminina, isto não é ilegal. Essa excepcionalidade é perfeitamente legal e poderia ser feita em lei.

Veja só o que diz Ely Lopes Meirelles: “exemplificando a isonomia, se determinado cargo de datilógrafo pode ser exercido indiferentemente por pessoas do sexo feminino e masculino, a discriminação fundada nesse atributo pessoal do candidato será indevida, entretanto, se o que a administração deseja é uma pessoa do sexo feminino para ocupar o cargo de datilógrafo numa penitenciária de mulheres, o estabelecimento desse requisito não constituirá discriminação ilegal, uma vez que visa entender uma legítima conduta administrativa”.

O que nós estamos querendo fazer neste momento?

É dar uma pontuação diferenciada para aquele cidadão que, tendo já trabalhado no sistema penitenciário, tem habilidade física, tem condição psicológica, tem

o treinamento feito pela escola penitenciária do Estado do Paraná, tem os atributos que o próprio Estado ao longo de quatro anos foi investindo para que ele desenvolvesse esses requisitos.

Então, não me parece, por se tratar de uma excepcionalidade prevista pela doutrina, que nós estejamos aqui criando qualquer anomalia jurídica.

Quero clamar ao líder do governo, porque são mil e duzentos servidores, quatro mil e duzentas pessoas que dependem do salário desses mil e duzentos terceirizados! É uma questão de bom senso, não vamos deixar que cinco mil pessoas passem o Natal desesperadas com a falta de perspectiva de ganhar um salário decente.

Eu gostaria que nós aprovássemos essa Emenda, e vamos dar condições para que o governo possa regulamentar isso, porque sem a lei e sem a emenda ele não poderá regulamentar de forma disposta a sua própria mensagem. Então, vamos aprovar a Emenda, o Governador terá a oportunidade, num ato de bom coração de, regulamentar dando condições para que esses servidores, esses cidadãos, esses pais de família possam, efetivamente, ter uma pontuação diferenciada no concurso, e se o governador, ainda com essa possibilidade legal, entender, deputada Elza, que mesmo assim, a bem, do serviço público, a bem da conveniência pública, não valerá a pena para uma pontuação diferenciada, ele veta a emenda e nós saberemos acolher essa questão.

Mas, vamos oportunizar, pelo menos nesses meses que faltam.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhora presidente, senhores deputados.

Em que pese o mérito da argumentação do deputado Durval Amaral ser elogiável por todos nós, traz uma preocupação a respeito daqueles que estão trabalhando no sistema penitenciário, aqueles que já estão treinados, estão habituados a uma prática e que podem não passar num concurso, e além disso, tem a questão do desemprego desse.

Em que pese o mérito da argumentação, eu peço a votação dos senhores deputados contrária à emenda do deputado Durval Amaral, porque, se apenas um dos inscritos nesse concurso, com um advogado, entrar na Justiça e pedir ao Ministério Público, entrar com uma ação popular, o cancelamento deste edital, isso será feito. Mesmo que um juiz não lhe dê isto, poderá entrar com recursos ao Pleno do Tribunal; mesmo que o Pleno do Tribunal não lhe dê isto, poderá entrar com recurso ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Superior Tribunal Federal que trata das questões federais.

E isto, mesmo que o governo do Estado acate a emenda do deputado Durval Amaral, no ano que vem poderemos ter uma decisão da Justiça, a nível federal,

criando um imbróglio jurídico danado para a administração pública do Estado do Paraná.

Então, peço aos senhores deputados que levem em consideração a questão da constitucionalidade e que aprove o projeto tal como foi encaminhado pelo Poder Executivo.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, senhor líder do Governo.

Vou trazer uma sugestão aqui, com relação a esta emenda apresentada pelo deputado Durval Amaral, para que nós a aproveemos, e o governador, dentro da sua avaliação, se achar por bem que deve vetar, que pode atrapalhar o concurso público que está aí por vir, ele veta e a Assembléia Legislativa aceita a posição dele.

São mais de 1200 agentes, funcionários que seriam beneficiados com esta atitude, com esta posição nossa dos deputados estaduais e na minha maneira de ver, na minha forma de avaliar seria a mais simpática e a melhor maneira que nós, deputados, deveríamos tomar com relação a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está em votação a emenda do deputado Durval Amaral.

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço a dispensa da votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Foi votado, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o princípio constitucional, conforme o artigo 5º da Constituição Brasileira, não deve ser utilizado neste caso como óbice à aprovação dessa emenda, no nosso entendimento, porque o tratamento igualitário para os iguais e a sua interpretação comporta o entendimento de que os desiguais devem ser também desigualmente tratados. Tanto isso é verdade que pululam leis que procuram reequilibrar eventuais desigualdades permitindo tratamentos diferenciados.

A própria lei que rege os concursos públicos prevê a prova de títulos e documentos de forma a selecionar aqueles que estão mais aptos à função.

Entendo que essa emenda do deputado Durval Amaral visa conferir pontuação àqueles que já prestaram serviços e que neste quesito especificamente estariam em melhores condições de prestar esses serviços de concurso, deixando assim estes mesmos em condições de igualdade.

Tal experiência, portanto, não deve ser ignorada pela lei, sob pena de restar a esta chamada Prova de

Títulos e Documentos, que atribui pesos correspondentes à formação e ao treinamento desses concursados.

Então, não podemos abrir mão da experiência e da capacidade daqueles que exercem tal função.

Muito obrigado

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para fazer justiça, porque a emenda não é somente de minha autoria, mas de vários deputados co-autores e eu queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrado.

Está em votação.

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu consultaria se foi dado voto ao deputado Luiz Nishimori, porque eu fui dar uma resposta ao deputado Pupio e acabou saindo NÃO no microfone, porque estava aberto.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Então, está certo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)

Senhor presidente, sete votos SIM, e vinte e nove votos, NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está **rejeitada** a emenda.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Votação do substitutivo geral.

Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero só registrar que o deputado, autor da emenda, nesta tarde votou contra a sua própria emenda.

São as curiosidades que devem ficar registradas nos Anais desta Casa. Os curiosos poderão saber, logo mais, quem é o autor desta proeza.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação o substitutivo geral, de autoria do deputado Nereu Moura.

Deputados que são favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Amigas da Mama, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede e foro no município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias, com sede e foro no município de Ibiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2003, de autoria do deputado Natalio Stica, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.118, de 30/06/95, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, desta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do município de Jardim Olinda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação Artística de Educação Informal Cores da Rua, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2003, de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Cristão de Cidadania e Dignidade da Associação Beneficente Amigos de Santo Antônio, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Caiuá e Ilhéus, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 048/2003, de 16.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 349/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Caiuá e Ilhéus, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 052/2003, de 25.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 375/2003

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Waldir Leite, dispõe sobre a criação de uma caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino fundamental, a qual deverá conter os dados previstos no texto da proposição, devendo a mesma ser implantada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. O uso da mesma terá caráter obrigatório, tanto para os educando, como para os estabelecimentos de ensino, e requisito para acesso a estes.

Voto e Fundamentação

A Constituição Estadual do Paraná estabelece em redação similar à lei Magna Federal que compete privativamente à iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública (art. 66, inciso IV).

A proposição no nosso entender não pode impor atribuição a determinada Secretaria de Estado no caso, a Secretaria Estadual de Educação. No entanto não vislumbramos impedimento legal, nem de ordem de iniciativa quanto à instituição da Caderneta Escolar.

Destarte, entendemos que deve ser suprimido o artigo segundo projeto de lei apresentado e que dispõe que:

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação, será responsável pela implantação e confecção da caderneta escolar."

Para evitar que seja prejudicada toda a iniciativa, sugerimos que seja remetido ao Executivo regulamentar a implantação e confecção da mencionada caderneta e neste sentido também propugnamos pela supressão do artigo oitavo do projeto, onde faz menção sobre um anexo, em forma de modelo da caderneta, a qual, segundo a proporção, deveria ser adotada.

Conclusão

Assim, somos pela constitucionalidade do projeto de lei, excluindo-se os artigos segundo e oitavo, remunerando-se os demais artigos.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 375/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do senhor deputado Waldir Leite, tem por desígnio criar a caderneta escolar e dá outras providências.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos legais e constitucionais exigidos para a sua transformação em lei.

Assim sendo, destacamos que a nobre iniciativa do deputado autor propiciará um melhor acompanhamento acadêmico dos alunos por parte de seus responsáveis, bem como permitirá o devido controle de acesso às escolas, inibindo, assim, que pessoas não matriculadas na rede de ensino perambularem pelo interior dos referidos estabelecimentos.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 375/2003

P A R E C E R :**Relatório**

Dispõe sobre a criação de uma caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino fundamental, a qual deverá conter os dados previstos no texto da proposição, devendo a mesma ser implantada pela Secretaria Estadual de Educação.

Fundamentação

É nobre a iniciativa do deputado autor do projeto, pois visa criar um instrumento para que os pais possam acompanhar na integridade o desempenho escolar de seus filhos, além de auxiliar no controle de acesso as escolas, inibindo pessoas não matriculadas na rede de ensino permanecerem no interior dos referidos estabelecimentos.

Conclusão

Diante disto, somos favoráveis ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente - voto contrário
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que denomina Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 066/2003, de 01.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 496/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre deputado Jocelito Canto, visa, em postuma homenagem, denominar Waldemar Teodoro, a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Justifica a proposta, relatando feito heróico do comandante da Guarda do presídio Hildebrando de Souza, o primeiro sargento QPM-1, Waldemar Teodoro, que as custas da própria vida impediu a fuga de diversos detentos e a rápida captura daqueles que lograram a escapar do “Cadeião” de Ponta Grossa.

É inquestionável o mérito da homenagem proposta em face do ato de bravura narrado, e da mesma forma precedente o projeto de lei, porque nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental contra ele se impõe.

Portanto, é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça à presente proposta.

Sala das Comissões, em 01.10.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 511/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 511/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales, e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 516/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 070/2003, de 09.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 516/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 516/2003

P A R E C E R :

Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 520/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a

Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 520/2003

P A R E C E R :

Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 521/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 521/2003

P A R E C E R :

Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Bom Sucesso, Boa Esperança, Caxias e Brasília, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2003, de 07/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 599/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Bom Sucesso, Boa Esperança, Caxias e Brasília, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Maringá de Taekwondo, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 608/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Maringá de Taekwondo, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Portadores de Doenças Especiais de Paranavaí, com sede e foro no município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 082/2003, 14.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 623/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Doutor Luciano, declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Doenças Especiais de Paranavaí, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2475 e 2476, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2478 e 2479, de autoria dos deputados André Vargas, Ratinho Júnior e Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2484, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2485, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2486 a 2488, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2489, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2482, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

A SRA ELZA CORREIA (Pela Ordem)

(Assentimento)

Senhor presidente, eu havia me manifestado em outro momento sobre esta questão. Eu gostaria se possível, que pelo menos tivéssemos o objetivo do requerimento lido, porque envio de expediente, às vezes, não sabemos do assunto. Eu, particularmente, gostaria de pelo menos ter a noção do que estou votando. É a segunda vez que me manifesto neste sentido e acho que seria oportuno que os deputados, principalmente neste momento, tivessem o conhecimento desses requerimentos, da súmula, objetiva e sucintamente, porque me resinto desta falta.

Não sei se esta é a situação dos outros companheiros, mas eu queria deixar manifestado e expressar a minha insatisfação, de estar votando sistematicamente requerimento, que não são do assunto do que estou votando, para ser bem explícita.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputada Elza, a Mesa lhe comunica que cada deputado pode e deve, se assim o quiser ou desejar, na hora de leitura do requerimento pedir a leitura do requerimento e, então, a Mesa procederá a leitura do requerimento, a pedido da deputada ou do deputado.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada.

Eu pedi isso outras vezes. Agora, o senhor está dizendo que tem que ser no Ato. Assim o farei daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Obrigado, deputada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de novembro à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 123, 324, 329, 513, 523, 532 e 535/2003; do Projeto de Resolução nº 017/2003 e da Indicação nº 037/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 389, 512, 531 e 618/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 349, 375, 496, 511, 516, 520, 521, 599, 608 e 623/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040, 304, 351, 453, 487, 524, 534, 540, 556 e 613/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 081, 082, 083 e 105/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 39ª REUNIÃO

Aos vinte e nove dias do mês de outubro, do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Ademir Bier, Miltinho Pupio, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o senhor presidente procedeu a primeira chamada para o comparecimento do depoente, o senhor Giovani Gionédís à mesa reservada aos depoimentos. Não atendido, foi feita a segunda a terceira chamada. O referido depoente não compareceu e não houve qualquer justificativa por escrito ou verbalmente pelo mesmo ou representante legal. O deputado Neivo Beraldin deixou em aberto a palavra aos senhores deputados membros da Comissão que desejassem se manifestar. O deputado Delegado Bradock requereu a reconvocação do senhor Giovani Gionédís e a convocação do senhor Reinold Stephanes. O deputado Miltinho Pupio ratificou o requerimento e acrescentou que a Comissão deveria solicitar a reconvocação do senhor Giovani Gionédís pela via judicial. O deputado Neivo Beraldin submeteu a apreciação da Comissão a reconvocação do senhor representante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a convocação do senhor Reinold Stephanes, para o dia três de novembro do corrente ano, neste auditório, às 10h00 e a reconvocação para a reunião do dia quatro de novembro do corrente

ano, neste mesmo local, às 10h00 do senhor Giovani Gionédís e do senhor José Evangelista de Souza. Em caso do senhor Giovani Gionédís não comparecer no dia quatro, a Comissão ingressará na Justiça para que o mesmo compareça no dia cinco de novembro do corrente ano, neste local, às 10h00, de acordo com as disposições legais cabíveis. Em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DE 1º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, sob a presidência do deputado Durval Amaral. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, passando em seguida a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 103/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri, RELATORA Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 163/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano, Relator deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 188/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin, Relator deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 189/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin, Relator deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 260/2003 de autoria do deputado Renato Gaúcho, Relator deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Indicação nº 063/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti, Relator deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Em seguida o senhor Djalma Ferreira da Silva denunciou advogados do Banco Itaú conforme cópia em anexo. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário